

O PIBID como política pública para a formação docente¹

O Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma política pública de formação inicial para professores para a educação básica. Atravessando uma etapa delicada, marcada pela crise econômica e política, reúne instituições, sujeitos e projetos voltados para a qualidade da educação. A consolidação do PIBID com política de Estado; as implicações do Programa para a formação docente; os impactos do Programa nas escolas e IES; as lutas travadas em defesa do PIBID; os mais recentes enfrentamentos para avanço do Programa são aspectos a serem discutidos.

O PIBID foi concebido pela CAPES/MEC em 2007, tendo um crescimento exponencial, se destacando no conjunto das ações da Agência. O Programa destina bolsas para estudantes das licenciaturas, professores da educação básica, e professores das Instituições de Ensino Superior (IES), visando uma formação docente desenvolvida a partir da realidade das escolas públicas. É regido pelo Decreto 7.219/10, está previsto na Lei 12.796/13 que alterou os artigos da LDB 9.394/96 e incluiu o Art. 62, §4 e §5, dando destaque ao PIBID, também é citado como estratégia na Lei 13.005/14 do Plano Nacional de Educação. Ainda, engloba a formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas, por meio do PIBID DIVERSIDADE.

O PIBID alcançou uma posição de referência no campo das políticas públicas educacionais, a partir de suas implicações para a concepção de formação docente. A dicotomia entre teoria e prática é problema superado com a aproximação entre IES e escolas, ligando o campo da profissão ao da formação, com valorização da escola como locus de produção de conhecimento e formação docente. Nesse modelo de formação, valoriza-se o princípio da investigação na ação e o sujeito como protagonista da própria formação. O cotidiano do Programa reclama o diálogo e a colaboração, na mesma medida em que cria condições concretas para um amplo processo de produção e socialização de saberes oriundos da experiência.

Assim, o PIBID vem obtendo reconhecimento, notadamente, pelos impactos que produz nas escolas e IES. As pesquisas mostram que 64% dos egressos do PIBID estão atuando na área de educação². Nas escolas parceiras do Programa, observam-se mudanças qualitativas nas aulas, na motivação dos alunos, nos resultados de aprendizagem. Nos cursos de licenciatura, observam-se a permanência e melhoria do rendimento dos licenciandos, sua identificação com a profissão, influência do Programa na reformulação curricular, integração de política institucional de formação de professores e aproximação da educação superior com a educação básica³.

¹Texto apresentado na palestra de abertura do 5º Seminário Institucional PIBID da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, realizado no período de 01 a 03 de setembro de 2016, na Unidade de São Francisco de Paula/RS.

²Relatório preliminar da pesquisa realizada por Marli André, em 2016.

³Dados do Estudo Avaliativo Publicado por Bernadete Gatti, em 2013.

A despeito desses resultados, as lutas travadas em defesa do PIBID têm sido recorrentes no último ano. Está claro que o contexto é de disputa de concepções, em que pese o progressivo investimento em valorização dos profissionais do ensino evidenciado nos últimos 13 anos. Nos vários momentos de embate para evitar cortes de bolsa e dos recursos de custeio do PIBID, estavam em jogo o processo de gestão democrática e transparente, o financiamento e incentivos, a preservação do modelo de formação, ao mesmo tempo singular e plural, forjado pelo Programa em toda parte do país. Atento às tentativas de desmonte do Programa, o Fórum Nacional de Coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID) assume um papel fundamental na coordenação de ações políticas, dando suporte à mobilização ampla, crítica e criativa com participação (e empoderamento) dos atores que compõem o Programa. Nesse cenário, ganhou destaque para o uso estratégico das redes sociais e a conquista do apoio das escolas, crianças, sociedade, entidades científicas e acadêmicas e parlamentares.

É no trânsito das mudanças da contemporaneidade que os educadores e educandos são convocados a exercer um papel fundamental, com o objetivo de fazer o PIBID avançar. Revelam-se enfrentamentos de várias ordens, tanto nas restrições à atividade docente impostas pelo Movimento Escola sem Partido, quanto na manutenção das bolsas e custeio do Programa. A organização do processo de avaliação nacional, com participação, vem sendo reivindicada, visando o aperfeiçoamento das ações. A consolidação do PIBID como política de Estado está atrelada à aprovação do Projeto de Lei 5.180, em tramitação no Congresso Nacional. Uma operacionalização mais efetiva implica em maior cooperação entre IES e as redes de ensino, também exige ampliar a integração de ações nas IES e mais articulação entre as atividades do Programa e o projeto pedagógico das escolas.

Mais que um Programa de bolsas, o PIBID acolheu e potencializou um movimento de pela qualidade da educação. Reconhecido como política estratégica de formação docente, com impactos reveladores de mudanças estruturais e (evidentemente) em franca disputa de projeto político de poder. De todo modo, trabalhando juntos, o esforço feito em defesa do PIBID dá contribuição relevante para caminharmos na direção da utopia de uma educação e sociedade mais justa e democrática e de qualidade para todos.

Alessandra Santos de Assis

Professora Associada da UFBA
Presidente do Fórum Nacional do PIBID